

A presente obra corresponde, grosso modo, à Dissertação de Mestrado em Direito com especialização em Ciências Jurídico-Empresariais, de Sara Sousa Passos, levada a cabo no ano de 2021, orientada e aprimorada pela Professora Doutora Letícia Marques Costa, e apresentada a provas públicas em julho de 2021, na Faculdade de Direito e de Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto, com a designação “*O Papel da Casa de Morada de Família no seio do Processo Insolvencial de Pessoa Singular*”.

Por opção, manteve-se a sua versão original, apenas com uma ou outra modificação decorrente das alterações legislativas ocorridas entretanto.

ÍNDICE

RESUMO	11
ABSTRACT	13
ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – A CASA DE MORADA DE FAMÍLIA	19
1.1. O lar: a família e a casa	19
1.2. A casa de morada de família	26
1.2.1. Enquadramento	26
1.2.2. Características inerentes	28
1.2.2.1. Titularidade	28
1.2.2.2. Objeto “casa de morada de família”: bem imóvel ou bem móvel	29
1.2.2.3. Permanência ou habitualidade	32
1.2.2.4. Exclusividade (ou não?)	34
1.2.2.5. A família que habita na casa de morada de família	39
1.3. Casa de morada de família vs. Domicílio	48
1.4. O conceito	49
1.5. Proteção jurídica conferida à casa de morada de família	53
1.5.1. O direito à habitação: a proteção internacional e constitucional	53
1.5.2. A proteção conferida pelo Código Civil	56
1.5.3. Lei da Proteção das Uniões de Facto	66
1.5.4. Lei Processual Civil	69
1.5.5. Código de Procedimento e de Processo Tributário	75
1.5.6. Crédito à habitação	77
1.5.7. Lei de Bases da Habitação	93

CAPÍTULO II – OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA NA CASA DE MORADA DE FAMÍLIA	97
2.1. Enquadramento	97
2.2. A repercussão da declaração de insolvência nos negócios do insolvente	105
2.2.1. O regime aplicável aos negócios em curso	105
2.2.2. Em especial, o regime aplicável aos contratos de locação	108
2.2.2.1. No caso de declaração de insolvência do locatário: em especial, do arrendatário	110
2.2.2.2. No caso de declaração de insolvência do locador: em especial, do senhorio	130
2.3. A repercussão da declaração de insolvência do devedor na casa de morada de família enquanto bem integrante da massa insolvente	137
2.3.1. Apreensão dos bens	137
2.3.2. Coligação dos cônjuges	143
2.3.3. Plano de pagamentos: uma solução que pode proteger a casa de morada de família	147
2.3.3.1. O pedido de exoneração do passivo restante	151
2.3.4. A liquidação dos bens	158
2.3.4.1. A dispensa de liquidação: uma solução exequível para a proteção da casa de morada de família do insolvente?	168
2.3.4.2. Suspensão da liquidação da massa insolvente através da administração pelo devedor	173
2.3.4.3. O recurso ao direito de remição	175
2.3.4.3.1. A sua admissibilidade no processo de insolvência	182
2.3.4.3.2. A admissibilidade do mecanismo de extinção total da dívida hipotecária pela adjudicação da casa de morada de família	185
CAPÍTULO III – A REFLEXÃO POR UMA SOLUÇÃO RAZOÁVEL QUE PROTEJA O DIREITO À HABITAÇÃO NA CASA DE MORADA DE FAMÍLIA DO INSOLVENTE	191
3.1. O Direito Comparado	191
3.1.1. Em Itália	191
3.1.2. Em Espanha	194
3.1.3. Nos Estados Unidos da América	198
3.1.4. No Brasil	200

3.1.5. Na Grécia	201
3.2. Reflexão quanto a uma resposta solucionatória para Portugal	204
CONCLUSÃO	209
BIBLIOGRAFIA	217
JURISPRUDÊNCIA	225